

## Quadro comparativo da Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 2015.

1

Constituição Federal	Proposta de Emenda à Constituição nº 62 de 2015	Emenda do Parecer de Plenário do Senador Vicentinho Alves em substituição à CCJ (Substitutivo), de 01/12/2016
	Altera os arts. 27, 28, 29, 37, 39, 49, 73 e 93 da <a href="#">Constituição Federal</a> para vedar a vinculação remuneratória automática entre subsídios de agentes públicos.	
	As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do <a href="#">§ 3º do art. 60 da Constituição Federal</a> , promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:	
	<b>Art. 1º</b> Os <a href="#">arts. 27, 28, 29, 37, 39, 49, 73 e 93 da Constituição Federal</a> passam a vigorar com a seguinte redação:	<b>Art. 1º</b> Os arts. 27, 28, 29, 37, 39, 49, 73 e 93 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:
<b>Art. 27.</b> O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.	“ <b>Art. 27.</b> .....	“ <b>Art. 27.</b> .....
.....	.....	.....
§ 2º O subsídio dos Deputados Estaduais será fixado por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais, observado o que dispõem os arts. <a href="#">39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)</a>	§ 2º O subsídio dos Deputados Estaduais será fixado por lei <b>específica</b> de iniciativa da Assembleia Legislativa na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais, <b>vedada a vinculação remuneratória automática</b> , observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.	§ 2º O <b>valor dos subsídios</b> dos Deputados Estaduais será fixado por lei específica de iniciativa da Assembleia Legislativa, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais, observado o que dispõem os arts. <a href="#">37, § 13</a> , 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I.
.....	.....” (NR)	.....” (NR)
<b>Art. 28.</b> A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do	“ <b>Art. 28.</b> .....	“ <b>Art. 28.</b> .....



## Quadro comparativo da Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 2015.

2

Constituição Federal	Proposta de Emenda à Constituição nº 62 de 2015	Emenda do Parecer de Plenário do Senador Vicentinho Alves em substituição à CCJ (Substitutivo), de 01/12/2016
término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no <a href="#">art. 77. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)</a>		
.....	.....	.....
§ 2º Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, observado o que dispõem os <a href="#">arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)</a>	§2º Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei <b>específica</b> de iniciativa da Assembleia Legislativa, <b>vedada a vinculação remuneratória automática</b> , observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, §4º, 150, II, 153, III, e 153, §2º, I.	§ 2º Os <b>valores dos</b> subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei específica de iniciativa da Assembleia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 37, XI e <b>§ 13</b> , 39, § 4º, 150, II, 153, III, 153, §2º, I.
.....	.....” (NR)	.....” (NR)
<b>Art. 29.</b> O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:	“ <b>Art. 29.</b> .....	“ <b>Art. 29.</b> .....
.....	.....	.....
V - subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os <a href="#">arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda constitucional nº 19, de 1998)</a>	V – <b>os</b> subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais <b>serão</b> fixados por lei <b>específica</b> de iniciativa da Câmara Municipal, <b>vedada a vinculação remuneratória automática</b> , observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;	V – os <b>valores dos</b> subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais serão fixados por lei específica de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI e <b>§ 13</b> , 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;
VI - o subsídio dos Vereadores será fixado <b>pelas</b> respectivas Câmaras Municipais <b>em cada legislatura para a subsequente</b> , observado o que dispõe esta Constituição, <b>observados</b> os critérios estabelecidos na	VI – o subsídio dos Vereadores será fixado <b>por norma específica de iniciativa das</b> respectivas Câmaras Municipais, observado o que dispõe esta Constituição, os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e	VI – os <b>valores dos</b> subsídios dos Vereadores <b>serão</b> <b>fixados</b> por <b>lei</b> específica de iniciativa das respectivas Câmaras Municipais, observado o que <b>dispõem os arts. 37, XI e § 13, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I,</b>



## Quadro comparativo da Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 2015.

3

Constituição Federal	Proposta de Emenda à Constituição nº 62 de 2015	Emenda do Parecer de Plenário do Senador Vicentinho Alves em substituição à CCJ (Substitutivo), de 01/12/2016
respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos: <a href="#">(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)</a>	os seguintes limites máximos, vedada a vinculação remuneratória automática;	e os seguintes limites máximos:
a) em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; <a href="#">(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)</a>	a) em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a até vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;	
b) em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; <a href="#">(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)</a>	b) em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a até trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;	
c) em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; <a href="#">(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)</a>	c) em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a até quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;	
d) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; <a href="#">(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)</a>	d) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a até cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;	
e) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; <a href="#">(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)</a>	e) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a até sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;	
f) em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; <a href="#">(Incluído pela Emenda</a>	f) em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a até setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;	



## Quadro comparativo da Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 2015.

4

Constituição Federal	Proposta de Emenda à Constituição nº 62 de 2015	Emenda do Parecer de Plenário do Senador Vicentinho Alves em substituição à CCJ (Substitutivo), de 01/12/2016
<a href="#">Constitucional nº 25, de 2000</a>		
.....	.....” (NR)	.....” (NR)
<b>Art. 37.</b> A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:	<b>“Art. 37.</b> .....	<b>“Art. 37.</b> .....
.....	.....	.....
§ 12. Para os fins do disposto no <a href="#">inciso XI do caput deste artigo</a> , fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores. <a href="#">(Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)</a>	§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a até noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, vedada a vinculação remuneratória automática, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores.	§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, é facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o valor dos subsídios mensais dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores, observado o disposto no § 13 deste artigo.
		§ 13. São vedadas:
		I - a instituição, por qualquer ato normativo e sob qualquer denominação, de mecanismo legal ou regulamentar que resulte em vinculação ou equiparação automática de valores de subsídios;
		II - a adoção, por qualquer ato normativo, de sistemas de atualização ou correção automáticas de valores de subsídios.
.....	.....” (NR)	.....” (NR)
<b>Art. 39.</b> A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência,	<b>“Art. 39.</b> .....	<b>“Art. 39.</b> .....



## Quadro comparativo da Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 2015.

5

Constituição Federal	Proposta de Emenda à Constituição nº 62 de 2015	Emenda do Parecer de Plenário do Senador Vicentinho Alves em substituição à CCJ (Substitutivo), de 01/12/2016
regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas. <a href="#">(Vide ADIN nº 2.135-4)</a>		
.....	.....	.....
§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI. <a href="#">(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)</a>	§4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, por lei específica, vedada a vinculação remuneratória automática e o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.	§4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais, <b>distritais</b> e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, por lei específica, <b>vedado</b> o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X, XI e <b>§13</b> .
.....	.....” (NR)	.....” (NR)
<b>Art. 49.</b> É da competência exclusiva do Congresso Nacional:	“ <b>Art. 49.</b> .....	“ <b>Art. 49.</b> .....
.....	.....	.....
VII - fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; <a href="#">(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)</a>	VII – fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, por lei específica, vedada a vinculação remuneratória automática, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, §2º, I;	VII – fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI e §13, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, §2º, I;
VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; <a href="#">(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)</a>	VIII – fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, por lei específica, vedada a vinculação remuneratória automática, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, §2º, I;	VIII – fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI e <b>§ 13</b> , 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, §2º, I;
.....	.....” (NR)	.....” (NR)
<b>Art. 73.</b> O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro	“ <b>Art. 73.</b> .....	“ <b>Art. 73.</b> .....



## Quadro comparativo da Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 2015.

6

Constituição Federal	Proposta de Emenda à Constituição nº 62 de 2015	Emenda do Parecer de Plenário do Senador Vicentinho Alves em substituição à CCJ (Substitutivo), de 01/12/2016
próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no <a href="#">art. 96</a> .		
.....	.....	.....
§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, <b>vencimentos e vantagens</b> dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do <a href="#">art. 40. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)</a>	§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas e impedimentos dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40.	§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União e <b>seus substitutos</b> terão as mesmas garantias, prerrogativas impedimentos, <b>subsídios e vantagens</b> dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40.
.....	.....” (NR)	.....” (NR)
<b>Art. 93.</b> Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:	“ <b>Art. 93.</b> .....	“ <b>Art. 93.</b> .....
.....	.....	.....
V - o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados, em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores, obedecido, em qualquer caso, o disposto nos <a href="#">arts. 37, XI</a> , e <a href="#">39, § 4º</a> ; <a href="#">(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)</a>	V – o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores e dos Ministros do Tribunal de Contas da União corresponderá a <b>até</b> noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados, em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores, <b>mediante, em todas as hipóteses, a aprovação de lei específica, vedada a vinculação remuneratória automática e</b> obedecido, em qualquer caso, o disposto nos arts. 37, XI, e 39, § 4º;	V – os <b>subsídios</b> dos Ministros dos Tribunais Superiores <b>serão fixados por atos normativos respectivos, e o valor</b> corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal; os subsídios dos demais magistrados serão fixados <b>por ato normativo de ampla divulgação</b> e escalonados, em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores e obedecido, em qualquer caso, o disposto nos arts. 37, XI e <a href="#">§13</a> ; 39, § 4º; <a href="#">129, § 4º</a> ; e <a href="#">134, §4º</a> ;



## Quadro comparativo da Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 2015.

7

Constituição Federal	Proposta de Emenda à Constituição nº 62 de 2015	Emenda do Parecer de Plenário do Senador Vicentinho Alves em substituição à CCJ (Substitutivo), de 01/12/2016
	.....” (NR)	.....” (NR)
		<b>Art. 2º</b> Adicione-se o §11 ao <a href="#">art. 144</a> com a seguinte redação:
<b>Art. 144.</b> A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:		“ <b>Art. 144.</b> .....
..... § 10. A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas: <a href="#">(Incluído pela Emenda Constitucional nº 82, de 2014)</a> I - compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente; e <a href="#">(Incluído pela Emenda Constitucional nº 82, de 2014)</a> II - compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei. <a href="#">(Incluído pela Emenda Constitucional nº 82, de 2014)</a>		.....
		§ 11 - Será aplicado à carreira de Delegado de Polícia Federal, no que couber, o disposto no <a href="#">art. 93, V</a> , observando o disposto no <a href="#">art. 37, XI</a> e <a href="#">§ 13</a> .”.
		<b>Art. 3º</b> Adicione-se o §2º ao <a href="#">art. 132</a> , renumerando o atual parágrafo único para § 1º, com a seguinte redação:
<b>Art. 132.</b> Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso		“ <b>Art. 132.</b> .....





## Quadro comparativo da Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 2015.

8

Constituição Federal	Proposta de Emenda à Constituição nº 62 de 2015	Emenda do Parecer de Plenário do Senador Vicentinho Alves em substituição à CCJ (Substitutivo), de 01/12/2016
dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas. ( <a href="#">Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998</a> )		
Parágrafo único. Aos procuradores referidos neste artigo é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias. ( <a href="#">Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998</a> )		.....
		§2º Será aplicado à carreira de Procurador do Estado e do Distrito Federal, no que couber, o disposto no art. 93, V, observando o disposto no <a href="#">art. 37, XI</a> e <a href="#">§ 13</a> ”.
		<b>Art. 4º</b> Adicione-se o §4º ao <a href="#">art. 131</a> com a seguinte redação:
<b>Art. 131.</b> A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.		“ <b>Art. 131.</b> .....
..... § 3º - Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.		.....
		§4º Será aplicado à carreira da Advocacia-Geral da União, no que couber, o disposto no <a href="#">art. 93, V</a> ,





## Quadro comparativo da Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 2015.

9

Constituição Federal	Proposta de Emenda à Constituição nº 62 de 2015	Emenda do Parecer de Plenário do Senador Vicentinho Alves em substituição à CCJ (Substitutivo), de 01/12/2016
		observando o disposto no <a href="#">art. 37, XI</a> e <a href="#">§ 13</a> ”.
	<b>Art. 2º</b> Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.	<b>Art. 5º</b> Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

